



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
CORTE ESPECIAL

172  
Agl

**Mandado de Injunção n. 298.129-3**

Impetrante: José Ramos de Lima Filho

Impetrado: Governador do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**Ementa:** Constitucional. Administrativo. Mandado de injunção. Policial Militar reformado. Remuneração em forma de subsídio. Disposição constitucional. Ausência de regulamentação por lei complementar estadual de iniciativa do Governador do Estado. Preliminar de não cabimento da ação, por inadequação da via eleita, rejeitada. Preliminar de carência de ação rejeitada. Aplicação da teoria concretista individual direta. Mandado injuncional julgado procedente.

1. O impetrante defende haver mora legislativa imputável ao impetrado, eis que inexistente tramitação de projeto de lei a concretizar o dispositivo constitucional que garante a remuneração por subsídio aos policiais militares. Descabe falar em não cabimento da ação injuncional, mas sim na procedência ou não do seu pedido, matéria a ser analisada quando da apreciação do mérito. Preliminar de não cabimento do mandado de injunção rejeitada;

2. O direito pendente de regulamentação decorre de norma cogente da Constituição Federal, não cabendo falar em necessidade de reprodução textual obrigatória na Constituição Estadual para que o Governador dê início ao projeto de lei complementar necessário. Preliminar de carência de ação por ausência de previsão do direito pleiteado na Constituição Estadual rejeitada;

3. O mandado de injunção é ação constitucional cujo escopo é assegurar o exercício de direitos e liberdades constitucionais, sempre que a ausência de norma regulamentadora o tornar inviável;

4. A remuneração dos servidores estaduais militares por subsídio é determinada pelo art. 144, § 9º c/com o art. 39, § 4º da Constituição Federal, devendo ser estabelecida por lei complementar estadual de iniciativa privativa do Governador, nos termos do art. 19, § 1º, IV, da Constituição Estadual;

5. Não há que se falar em ingerência indevida do Judiciário no Executivo, tampouco em invasão de matéria afeta ao mérito administrativo. O provimento jurisdicional apenas reconhece a ausência de norma regulamentadora que torna inviável o exercício de direito previsto constitucionalmente, garantindo, através do caráter mandamental da ação, sua viabilização no caso concreto, até que regulamentada a matéria pela via constitucionalmente prevista, qual seja, pelo processo legislativo regular;

6. Reconhecida a mora legislativa, deve ser concedida a injunção, determinando-se o pagamento de subsídio, em parcela única ao militar, no valor equivalente à remuneração dos militares da ativa de mesma graduação, até que ultimado o processo legislativo

para a edição de norma regulamentadora. Precedentes desta Corte Especial;

7. Mandado de Injunção concedido.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos do Mandado de Injunção n. 298.129-3, em que figuram como partes as acima indicadas, **ACORDAM**, os Desembargadores que compõem a Corte Especial, o seguinte: "À unanimidade de votos rejeitar as preliminares, e, no mérito, conceder a injunção, tudo de acordo com o relatório, os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 26.5.17

  
**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador Relator



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
**CORTE ESPECIAL**

160

**Mandado de Injunção n. 298.129-3**

Impetrante: José Ramos de Lima Filho

Impetrado: Governador do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**RELATÓRIO**

José Ramos de Lima Filho impetrou **mandado de injunção** contra pretensa omissão legislativa do Governador do Estado na regulamentação do direito de perceber a remuneração em forma de subsídio, previsto nos arts. 40, §4º e 144, §9º da Constituição.

O impetrante, Coronel reformado da Policial Militar Estadual, requer a concessão da injunção, monocraticamente, para suprir a omissão constitucional do Governador **ou, alternativamente**, a iniciativa de proposta de emenda à Constituição Estadual para albergar norma de reprodução obrigatória.

Pretende, em qualquer dos casos, com base na posição concretista individual direta do mandado de injunção, seja reconhecido seu direito à percepção de remuneração na forma de subsídio, com integralidade e paridade em relação aos militares da ativa do mesmo cargo.

O então Relator, Desembargador Eduardo Paurá, proferiu **decisão interlocutória** indeferindo o pedido de concessão de ordem injuntiva através de decisão monocrática, por ausência de previsão legal e determinando a notificação do impetrado (fls. 26/28).

O Governador apresentou **informações**, preparadas pela Procuradoria do Estado, aduzindo (fls. 35/48):

a) **preliminarmente, a.1)** a inadequação da via eleita, por não se prestar o mandado de injunção à revisão de remuneração de servidores; **a.2)** a carência de ação, por basear-se o pedido em direito não previsto na Constituição Estadual;

**b) no mérito:** afirma já ter Corte Especial julgado a matéria, denegando a injunção. Ademais, defende constituir a forma de remuneração dos militares matéria cuja regulamentação se encontra inserida no âmbito do mérito administrativo, cabendo ao chefe da Administração mensurar a conveniência e oportunidade da sua alteração por projeto de lei. Sustenta ainda ser a reforma do regime remuneratório dos servidores públicos matéria jungida aos ditames das leis orçamentárias.

γ

**Parecer do Ministério Público** opinando pela rejeição de todas as preliminares suscitadas pelo impetrado, e, no mérito, pela concessão da injunção (fls. 145/150).

É o relatório. Inclua-se o feito em pauta.

Recife, 31.3.14

  
**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador relator



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
CORTE ESPECIAL

364  
ASL

**Mandado de Injunção n. 298.129-3**

Impetrante: José Ramos de Lima Filho

Impetrado: Governador do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**VOTO**

**A.1) DA PRELIMINAR DE NÃO CABIMENTO DO MANDADO DE INJUNÇÃO – INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA PARA A REVISÃO DE REMUNERAÇÃO.**

O Governador suscitou, como primeira preliminar, o não cabimento da ação injuncional, por não ser a medida processual adequada para a revisão de remuneração de servidores.

O mandado de injunção é ação cabível sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania (art. 5º, LXXI da Constituição Federal).

No caso, José sustenta ter ocorrido omissão do impetrado em dar início ao processo legislativo para a edição de lei complementar a assegurar a aplicação do sistema remuneratório de subsídios aos militares estaduais, conforme previsão contida no art. 144, § 9º, c/com o art. 40, § 4º, da Constituição da República.

Logo, haveria, nos dizeres do impetrante, mora legislativa imputável ao impetrado, pois inexistente lei ou projeto de lei a concretizar o dispositivo constitucional que garante a remuneração por subsídio aos Policiais Militares.

Desse modo, não pretende José a revisão de remuneração, mas o recebimento de remuneração da forma prevista na Constituição, a saber, por subsídio.

Esta Corte Especial já decidiu dessa mesma forma:

CONSTITUCIONAL. MANDADO DE INJUNÇÃO. PRELIMINARES DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA E DE CARÊNCIA DE AÇÃO. POLICIAL MILITAR. ART. 144, § 9º E ART. 39, § 4º AMBOS DA CF. REMUNERAÇÃO EM FORMA DE SUBSÍDIO. OMISSÃO INCONSTITUCIONAL CONSISTENTE NA NÃO EDIÇÃO DE NORMA REGULAMENTADORA. INÉRCIA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO POR LONGO ESPAÇO DE TEMPO. TEORIA CONCRETISTA INDIVIDUAL DIRETA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VALOR DO SUBSÍDIO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO INJUNCIONAL.1- **Rejeita-se a preliminar de inadequação da via eleita, pois o mandado de injunção é o remédio constitucional cabível na hipótese dos autos, em que a ausência de edição de norma regulamentadora pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, inviabiliza o exercício do direito à percepção da remuneração na**

3

**modalidade de subsídio, assegurada pelo art. 144, § 9º e art. 39, § 4º, da CF. [...]** No mérito, por maioria, denegou-se a injunção. (TJPE, Corte Especial, MI n. 251.500-8, Relator Des. Leopoldo de Arruda Raposo, Data de Julgamento: 27/2/2012) (original sem destaques)

E mais:

DIREITO CONSTITUCIONAL. MANDADO DE INJUNÇÃO. POLICIAL MILITAR DA RESERVA. RECEBIMENTO EM FORMA DE SUBSÍDIO. ART. 144, §9º C/C ART. 39 E §4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO (CABIMENTO) DO MANDADO DE INJUNÇÃO. REJEITADA, À UNANIMIDADE. 2. **PRELIMINAR DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA - CARÊNCIA DE AÇÃO. REJEITADA, POR MAIORIA.** 3. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO EXMO. SR. GOVERNADOR DO ESTADO. REJEITADA, POR MAIORIA. 4. PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. REJEITADA, À UNANIMIDADE. 5. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR SOB O ENFOQUE DA UTILIDADE. REJEITADA, POR MAIORIA. MÉRITO: VIABILIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DE DIREITO CONSTITUCIONALMENTE ASSEGURADO NO ART. 144, §9º C/C ART. 39, §4º, DA CF/88. DIREITO DOS SERVIDORES POLICIAIS MILITARES DE SEREM REMUNERADOS POR MEIO DE SUBSÍDIO. **1. O MANDADO DE INJUNÇÃO, PORQUANTO GARANTIA CONSTITUCIONAL QUE TEM POR ÚNICO ESCOPO VIABILIZAR DIREITOS OU LIBERDADES CONSTITUCIONAIS QUANDO NÃO PUDEREM SER EXERCIDOS POR AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA (ART. 5º, LXXI, CF), PRESSUPÕE A EXISTÊNCIA DE PRECEITO CONSTITUCIONAL DEPENDENTE DA REGULAMENTAÇÃO POR OUTRA NORMA, ESTA DE CATEGORIA INFERIOR NA HIERARQUIA DOS TIPOS NORMATIVOS. [...]** 8. MANDADO DE INJUNÇÃO CONHECIDO E CONCEDIDO. DECISÃO POR MAIORIA.

(TJPE, Corte Especial, MI n. 287.818-8, Rel. Des. Eduardo Augusto Paurá Peres, Data de julgamento: 11/3/2013) (original sem destaques)

Ante o exposto, **rejeito a preliminar.**



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
**CORTE ESPECIAL**

465  
AGL

**Mandado de Injunção n. 298.129-3**

Impetrante: José Ramos de Lima Filho

Impetrado: Governador do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**VOTO**

**A.2) DA PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO – DIREITO  
NÃO PREVISTO NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.**

Mais uma vez não vislumbro sucesso na preliminar suscitada pelo impetrado.

O argumento de carência da ação em decorrência da falta de regulamentação por lei complementar estadual não encontraria guarida na Constituição Estadual é absolutamente frágil.

O direito à remuneração por subsídio é estabelecido na própria Constituição Federal, em seu art. 144, § 9º, c/c o art. 40, § 4º.

Eis o teor dos dispositivos:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

[...]

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39.

---

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

[...]

4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

Como se observa, o direito pendente de regulamentação decorre de norma cogente da Constituição Federal. Assim, não há necessidade de reprodução textual obrigatória na Constituição

Estadual para o Governador do Estado dar início ao projeto de lei complementar necessário.

Ademais, a título de ilustração, ressalto o exposto no voto do eminente relator do Mandado de Injunção n. 287.818-8, segundo o qual os Estados do Tocantins e do Espírito Santo já teriam instituído o regime remuneratório de subsídio aos seus policiais militares, com esteio direto na Constituição Federal. Veja-se:

DIREITO CONSTITUCIONAL. MANDADO DE INJUNÇÃO. POLICIAL MILITAR DA RESERVA. RECEBIMENTO EM FORMA DE SUBSÍDIO. ART. 144, §9º C/C ART. 39 E §4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. [...] 5. **ASSINALE-SE QUE A REGRA DO ART. 144, §9º, DA LEI MAIOR FOI INSERIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 1998, COMPUTANDO-SE, PARA O ESTADO DE PERNAMBUCO NUM LAPSO TEMPORAL DE 15 (ANOS) SEM QUALQUER REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONALMENTE PREVISTO.** [...] 8. MANDADO DE INJUNÇÃO CONHECIDO E CONCEDIDO. DECISÃO POR MAIORIA. (TJPE, Corte Especial, MI n. 287.818-8, Rel. Des. Eduardo Augusto Paurá Peres, Data de julgamento: 11/3/2013) (original sem destaques)

Pelo exposto, **rejeito a preliminar.**







**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
**CORTE ESPECIAL**

167  
ASh

**Mandado de Injunção n. 298.129-3**

Impetrante: José Ramos de Lima Filho

Impetrado: Governador do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**VOTO DE MÉRITO**

A presente ação foi impetrada por Coronel reformado da Polícia Militar de Pernambuco diante da omissão do impetrado em dar início ao processo legislativo para a edição de lei complementar a assegurar a aplicação do sistema remuneratório de subsídios aos militares estaduais.

A forma de remuneração dos servidores estaduais militares é determinada pelo art. 144, § 9º c/c o art. 39, § 4º da Constituição Federal:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

[...]

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39.

---

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

[...]

4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

O Governador possui iniciativa legislativa para apresentar projeto de lei complementar regulamentando tal direito à percepção de subsídio, nos termos do art. 19, § 1º, IV, da Constituição Estadual:

Art. 19. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Procurador-Geral da Justiça e aos cidadãos, nos casos e formas previstos nesta Constituição.

§ 1º É da competência privativa do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre:

[...]

IV - **servidores públicos do Estado, seu regime jurídico,** provimento de cargos públicos, estabilidade e aposentadoria de funcionários civis, reforma e transferência de integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar para a inatividade;

No entanto, ainda não há lei estadual regulamentado esse direito à percepção por subsídio.

Nesse contexto, resta evidente a ausência de norma regulamentando o direito dos servidores militares à percepção de subsídio, o que impõe o reconhecimento do pedido injuncional.

O Supremo Tribunal Federal, Corte responsável pela interpretação da Constituição Federal, vem consolidando a aplicação da **corrente concretista individual** na aplicação dos efeitos da decisão de procedência do mandado de injunção.

Segundo essa corrente, o Poder Judiciário, ao vislumbrar os requisitos para a impetração de mandado de injunção, profere decisão constitutiva com efeitos *inter partes*.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE INJUNÇÃO. APOSENTADORIA ESPECIAL DO SERVIDOR PÚBLICO. ART. 40, § 4º, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APLICAÇÃO DO ART. 57 DA LEI 8.213/1991. PRECEDENTES. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE FATO E DE DIREITO. ATRIBUIÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA. NATUREZA SUBJETIVA DO MANDADO DE INJUNÇÃO. EFEITO INTER PARTES. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I - A concessão de aposentadoria aos servidores públicos em razão de atividade exercida exclusivamente sob condições que prejudiquem a saúde ou a integridade física deve ser concretamente analisada pela Administração Pública mediante a aplicação integrativa do art. 57 da Lei 8.213/1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.

II - Incumbe apenas à autoridade administrativa competente para analisar o pedido de aposentadoria especial perquirir sobre as condições de fato e de direito previstas no ordenamento jurídico para a sua concessão, inclusive quanto aos pleitos de paridade e integralidade do benefício previdenciário.

III - **O mandado de injunção destina-se à concretização, caso a caso, do direito subjetivo constitucional não regulamentado, tendo sua decisão, consequentemente, efeito inter partes.** Precedentes.

IV - Agravo regimental a que se nega provimento. (MI 3564 AgR, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 17/10/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-226 DIVULG 14-11-2013 PUBLIC 18-11-2013) (original sem destaques)

Esta Corte Especial, embora também possua julgados denegando a injunção, recentemente, vem aplicando a corrente concretista individual, senão vejamos:

DIREITO CONSTITUCIONAL. MANDADO DE INJUNÇÃO. POLICIAL MILITAR DA RESERVA. RECEBIMENTO EM FORMA DE SUBSÍDIO. ART. 144, §9º C/C ART. 39 E §4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. (...)

MÉRITO: VIABILIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DE DIREITO CONSTITUCIONALMENTE ASSEGURADO NO ART. 144, §9º C/C ART.

268  
ASL

39, §4º, DA CF/88. DIREITO DOS SERVIDORES POLICIAIS MILITARES DE SEREM REMUNERADOS POR MEIO DE SUBSÍDIO.

1. O MANDADO DE INJUNÇÃO, PORQUANTO GARANTIA CONSTITUCIONAL QUE TEM POR ÚNICO ESCOPO VIABILIZAR DIREITOS OU LIBERDADES CONSTITUCIONAIS QUANDO NÃO PUDEREM SER EXERCIDOS POR AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA (ART. 5º, LXXI, CF), PRESSUPÕE A EXISTÊNCIA DE PRECEITO CONSTITUCIONAL DEPENDENTE DA REGULAMENTAÇÃO POR OUTRA NORMA, ESTA DE CATEGORIA INFERIOR NA HIERARQUIA DOS TIPOS NORMATIVOS.

2. TEORIA CONCRETISTA INDIVIDUAL. DIANTE DA LACUNA NORMATIVA, O PODER JUDICIÁRIO DEVE CRIAR A REGULAMENTAÇÃO PARA O CASO ESPECÍFICO, VIABILIZANDO O EXERCÍCIO DO DIREITO SOMENTE PELO IMPETRADO, PORQUANTO OS EFEITOS DA DECISÃO SÃO 'INTER PARTES'.

3. O 'PRINCÍPIO DA RESERVA DA LEI', CONSAGRADO PELO GUARDIÃO DA CONSTITUIÇÃO COMO REQUISITO ESSENCIAL PARA DISCORRER SOBRE A MATÉRIA DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS (CF, ART. 37, X, ART. 51, IV, ART. 52, XIII), NÃO AFASTA A APLICAÇÃO DA CORRENTE CONCRETISTA INDIVIDUAL NO CASO EM EXAME, QUE RECLAMA A APLICAÇÃO DO ARTIGO 144, §9º, DA CF, ATINENTE A REMUNERAÇÃO DO POLICIAL MILITAR EM FORMA DE SUBSÍDIO. MELHOR DIZENDO, A AUSÊNCIA DE LEI A REGULAMENTAR A MATÉRIA É CONDIÇÃO 'SINE QUA NON' PARA A VIA DO MANDADO DE INJUNÇÃO, INSTITUTO DE NATUREZA CONSTITUCIONAL (ART. 5º, LXXI) QUE SE APLICA SEMPRE QUE A FALTA DE NORMA REGULAMENTADORA TORNE INVIÁVEL O EXERCÍCIO DE UM DIREITO. ISTO NÃO IMPLICA DIZER QUE O JUDICIÁRIO ESTARÁ AGINDO COMO LEGISLADOR, APENAS, DIANTE DO CARÁTER MANDAMENTAL DO MANDADO DE INJUNÇÃO, FICA GARANTIDO, NO CASO CONCRETO (TEORIA CONCRETISTA INDIVIDUAL), O EXERCÍCIO DO DIREITO CONSTITUCIONALMENTE ASSEGURADO PELA VIA INJUNTÓRIA, ATÉ A EDIÇÃO DA RESPECTIVA LEI COMPLEMENTAR QUE REGULAMENTE A MATÉRIA 'SUB JUDICE', CUJA RESPONSABILIDADE É DO PODER LEGISLATIVO.

4. CUMPRINDO O MANDAMENTO CONSTANTE DO ART. 144, §9º, DA LEI MAIOR, OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO JÁ EDITARAM LEIS INSTITUINDO AS REMUNERAÇÕES DOS RESPECTIVOS MILITARES NA MODALIDADE DE SUBSÍDIO, A EXEMPLO DO TOCANTINS (LEI Nº 1.676, DE 03 DE ABRIL DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE O EFETIVO E SUBSÍDIOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS) E ESPÍRITO SANTO (LEI COMPLEMENTAR Nº 420/2007, QUE DISPÕE SOBRE A MODALIDADE DE REMUNERAÇÃO POR SUBSÍDIO PARA OS MILITARES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS)".

5. ASSINALE-SE QUE A REGRA DO ART. 144, §9º, DA LEI MAIOR FOI INSERIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 1998, COMPUTANDO-SE, PARA O ESTADO DE PERNAMBUCO NUM LAPSO TEMPORAL DE 15 (ANOS) SEM QUALQUER REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONALMENTE PREVISTO.

6. PARIDADE DE REMUNERAÇÃO ENTRE OS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS. INTELIGÊNCIA DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE (ART. 5º, 'CAPUT'), COROLÁRIO DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA E CLÁUSULA PÉTREIA POR EXCELÊNCIA.

7. DIANTE DA MORA LEGISLATIVA NA REGULAMENTAÇÃO DO PRECEITO VEICULADO PELO DISPOSTO NO ART. 144, §9º C/C ART. 39, §4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, IMPÕE-SE QUE SEJA CONCEDIDO O MANDADO DE INJUNÇÃO, FIXANDO O PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO, PARA QUE A AUTORIDADE IMPETRADA SUPRA A MORA LEGISLATIVA. NÃO SUPRINDO NESTE PRAZO, DEVERÁ SER APLICADA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, A TEORIA CONCRETISTA INDIVIDUAL

**DIRETA DETERMINANDO O PAGAMENTO AO IMPETRANTE, NA FORMA DE SUBSÍDIO, EQUIVALENTE A REMUNERAÇÃO ATRIBUÍDA A MESMA PATENTE DOS MILITARES DA ATIVA, ATÉ A EDIÇÃO DA RESPECTIVA NORMA REGULAMENTADORA, PELO PODER LEGISLATIVO. PRECEDENTE DESTA CORTE ESPECIAL.**

8. MANDADO DE INJUNÇÃO CONHECIDO E CONCEDIDO. DECISÃO POR MAIORIA. (TJPE, Corte Especial, MI n. 287.818-8, Rel. Des. Eduardo Augusto Paurá Peres, Data de julgamento: 11/3/2013) (original sem destaques)

Ademais, não há que se falar em ingerência indevida do Judiciário no Executivo, tampouco em invasão de matéria afeta ao mérito administrativo.

O provimento jurisdicional apenas reconhece a ausência de norma regulamentadora que torna inviável o exercício de direito previsto constitucionalmente, garantindo, através do caráter mandamental da ação, sua viabilização no caso concreto, até que regulamentada a matéria pela via constitucionalmente prevista, qual seja, pelo processo legislativo regular.

Ademais, esta Corte Especial, **em recente julgamento do Mandado de Injunção n. 301.187-2**, de relatoria do Desembargador Fausto Campos, no dia 23/12/2013, decidiu pela **concessão da injunção aplicando-se a teoria concretista individual direta, sem a aplicação prévia de prazo para o suprimento da mora legislativa.**

Naquela ocasião, decidiu este Órgão Especial pela desnecessidade de nova notificação do impetrado para suprir a mora, tendo em vista já ter sido a autoridade interpelada por diversas vezes em demandas de idêntica natureza.

Reconhecida a mora legislativa, deve ser concedida a injunção, determinando-se o pagamento de subsídio, em parcela única ao militar, no valor equivalente à remuneração dos militares da ativa de mesma graduação, até que ultimado o processo legislativo para a edição de norma regulamentadora.

Ante o exposto, **voto pela concessão da injunção, determinando-se o imediato pagamento de subsídio até a superveniência de norma regulamentadora.**

É como voto.

Recife, 26.5.14

  
**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador Relator